



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SRS. ACIONISTAS

A administração da SIDERÚRGICA J. L. ALIPERTI SA., em reunião realizada em 27 /03/2014, às 10:00 horas, nos termos da legislação vigente, submete a apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial Consolidado e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, acompanhados de Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. De conformidade com a Instrução CVM nº. 381/2003, a Administração esclarece que a Irmãos Campos & Cerboncini Auditores Associados não presta outros serviços que não sejam de Auditoria externa, conforme Parágrafo 2º Inciso II, Artigo 2º.

A Unidade Fabril de Sorocaba encontra-se em plena produção, ocupando lugar de destaque no mercado de molas helicoidais.

Os investimentos efetuados na empresa controlada S/A Agro Industrial Eldorado continuam a produzir resultados, conforme pode-se observar no balanço.

A Administração está atenta às modificações que vem ocorrendo desde o ano findo de forma global na economia, com o objetivo de preservar os interesses da Companhia, dos seus Acionistas e de seus Funcionários.

A Administração registra neste ensejo, o reconhecimento aos nossos funcionários, pela dedicação com que desempenharam as suas tarefas, sem os quais não teríamos conseguido alcançar os nossos objetivos.

A Administração



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e Administradores da
SIDERÚRGICA J. L. ALIPERTI S.A.
São Paulo – SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Siderúrgica J. L. Aliperti S.A., identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Siderúrgica J. L. Aliperti S.A., em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Siderúrgica J. L. Aliperti S.A., em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Conforme descrito na nota explicativa nº 02, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da companhia, essas práticas diferem do IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo do investimento realizado ou valor justo; e pela opção da manutenção do saldo do intangível, existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 09-a, no transcorrer do exercício de 2011, a companhia sofreu bloqueio judicial de R\$ 493 mil diretamente em conta corrente, decorrente de Processo de Execução Fiscal movido pela Fazenda Nacional, sendo apresentada defesa pelos seus assessores jurídicos, tendo em vista a prescrição da referida ação, sobre a qual se aguarda decisão do Tribunal pertinente para reversão (ressarcimento) do montante em questão, sendo remota sua possibilidade de perda. Entretanto, até a emissão deste relatório, não havia ocorrido decisão do juizado, estando o montante acima referido, em 31 de dezembro de 2013, registrado no saldo da rubrica contábil de Bloqueio Judicial, grupo Cauções e Depósitos, no Ativo Não Circulante.

O saldo de R\$ 9.175 mil, apresentado no grupo Outros Créditos no Ativo Não Circulante, em 31 de dezembro de 2013, conforme descrito na nota explicativa nº 10, refere-se ao montante correspondente a Impostos a Recuperar, cuja realização depende da homologação dos pedidos de restituições, via judicial, pelo Fisco.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 13-b, o saldo de R\$ 40.198 mil, apresentado na rubrica Financiamentos BNDES, no Passivo Circulante, em 31 de dezembro de 2013, encontra-se “sub judice”, em razão da discordância de seus valores pela companhia. Seus assessores jurídicos consideram que o montante contabilizado é suficiente para fazer frente à provável liquidação da dívida junto ao BNDES, com base na obtenção de decisão transitado em julgado a seu favor.

A Empresa controlada Eldorado Comércio de Ferro e Aço Ltda., possui, na data do balanço, o valor de R\$ 3.626 mil referente a ICMS a recolher apurados no período de julho de 2004 a abril de 2009, para os quais vem pleiteando judicialmente o seu recolhimento sem a incidência de acréscimos moratórios. A partir do exercício de 2010 a referida Empresa passou a compensar os valores apurados de ICMS a recolher, no montante de R\$ 5.107 mil, com Títulos da Dívida Pública Estadual adquiridos para este fim. No transcorrer de 2013 foi concluída a fiscalização da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, referente aos exercícios de 2011 e 2012, concluindo que não foram encontradas irregularidades referentes a créditos de ICMS efetuados pelo contribuinte, os quais ficam pendentes até a confirmação do processo pela PGA – Procuradoria Geral do Estado.



Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas sob a responsabilidade da administração da companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 26 de março de 2014.

*IRMÃOS CAMPOS & CERBONCINI AUDITORES ASSOCIADOS
CRC 2SP 013.900/O-8*

*Fábio Cerboncini
Sócio Contador
CRC 1SP 079.347/O-3*



BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em mil reais)

A T I V O

		<i>Controladora</i>		<i>Consolidado</i>	
	<i>Notas</i>	2013	2012	2013	2012
<i>Circulante</i>					
<i>Caixa e Equivalentes de Caixa</i>	<i>3h - 4</i>	299	199	560	271
<i>Aplicações Financeiras</i>	<i>3h - 5</i>	17.263	26.174	35.823	55.865
<i>Duplicatas à Receber</i>	<i>3h</i>	3.918	3.280	7.411	6.614
<i>Adiantamentos a Fornecedores</i>	<i>3h</i>	3.322	391	4.759	812
<i>Demais Contas a Receber</i>		5.017	1.932	1.101	914
<i>Estoques</i>	<i>3h - 6</i>	3.249	2.245	34.642	30.819
<i>Adiant. p/ Investimento em Controlada</i>	<i>7</i>	9.575	17.996	-	-
<i>Investimento - Orçamento de Capital</i>	<i>8</i>	27.356	27.356	-	-
<i>Despesas do Exercício Seguinte</i>		3	5	136	39
<i>Outros Direitos</i>			-	3.644	3.789
<i>Total do Circulante</i>		70.002	79.578	88.076	99.123
<i>Não Circulante</i>					
<i>Direitos Realizáveis a Longo Prazo</i>					
<i>Cauções e Depósitos</i>	<i>9</i>	3.934	3.903	5.288	5.245
<i>Outros Créditos</i>	<i>10</i>	17.957	16.150	17.988	16.181
<i>Investimentos</i>	<i>3c - 11</i>	176.014	154.884	2.385	2.385
<i>Imobilizado</i>	<i>3d - 12</i>	74.076	67.703	307.436	281.759
<i>Intangível</i>	<i>3e - 12</i>	854	1.169	910	1.228
<i>Total do Não Circulante</i>		272.835	243.809	334.007	306.798
<i>Total do Ativo</i>		342.837	323.387	422.083	405.921

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em mil reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

		Controladora		Consolidado	
	Notas	2013	2012	2013	2012
Circulante					
Fornecedores	3i	938	779	4.264	2.968
Financiamentos	13	41.115	40.750	41.299	40.832
Salários e Ordenados	3i	193	187	338	356
Provisão para Férias		567	536	990	1.022
Provisão para Dividendos/Participações	3j	5.728	6.322	5.728	6.322
Provisão e Indenização Trabalhista	3g	1.670	1.800	1.670	1.800
Provisão Processo Civil	3g	550	550	550	550
Impostos e Contribuição Social	3i - 14	955	2.213	5.379	11.814
Demais Contas a Pagar		4.376	2.806	5.950	7.832
Total do Circulante		56.092	55.943	66.168	73.496
Não Circulante					
Financiamentos		1.276	-	1.621	-
Parcelamentos		-	1.512	4.956	2.631
Imposto Renda e Contr.Social Diferidos		19.192	19.192	82.961	82.961
Total do Não Circulante		20.468	20.704	89.538	85.592
Patrimônio Líquido					
Capital Social	3j	48.964	48.964	48.964	48.964
Ações em Tesouraria	3j	(538)	(538)	(538)	(538)
Reserva Legal		4.806	4.443	4.806	4.443
Reserva Retenção de Lucros		34.360	32.861	34.360	32.861
Reserva de Reavaliação	3j	10.250	10.562	10.250	10.562
Ajustes de Avaliação Patrimonial		168.435	150.448	168.435	150.448
Participação dos Não Controladores		-	-	100	93
Total do Patrimônio Líquido e Participação de Não Controladores		266.277	246.740	266.377	246.833
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		342.837	323.387	422.083	405.921

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em mil reais)

	<i>Notas</i>	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2013	2012	2013	2012
Receita Operacional Líquida	<i>3k</i>	30.788	29.034	68.979	79.768
<i>Custo dos Produtos e Serviços Vendidos</i>		(8.692)	(9.050)	(34.143)	(46.119)
Resultado Bruto		22.096	19.984	34.836	33.649
<i>Despesas com Vendas</i>		-	-	(2.545)	(2.416)
<i>Despesas Gerais e Administrativas</i>		(24.585)	(19.791)	(35.557)	(29.417)
<i>Despesas Financeiras</i>	<i>3k</i>	(1.168)	(1.301)	(1.890)	(1.914)
<i>Receitas Financeiras</i>	<i>3k</i>	1.581	2.888	3.192	3.888
<i>Depreciação e Amortização</i>		(1.007)	(982)	(1.745)	(1.495)
<i>Resultado de Equivalência Patrimonial</i>	<i>11</i>	3.156	4.380	-	-
<i>Outras Receitas Operacionais</i>		7.766	10.116	13.366	15.668
Resultado antes dos Impostos		7.839	15.294	9.657	17.963
<i>Provisão Contribuição Social</i>	<i>3i - 14</i>	(153)	(552)	(715)	(1.276)
<i>Provisão para Imposto de Renda</i>	<i>3i - 14</i>	(408)	(1.517)	(1.664)	(3.462)
Participação dos Não Controladores		-	-	7	(1)
Lucro Líquido do Exercício		7.278	13.225	7.285	13.224
Lucro Líquido - por Ação - R\$		39,14	71,12	39,18	71,12
Valor Patrimonial – por Ação no fim do Período - R\$		1.431,94	1.326,68	1.432,48	1.327,38

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
Em Mil Reais

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS REAVALIAÇÃO		RESERVAS DE LUCROS		AÇÕES EM TESOURARIA	LUCROS ACUMULADOS	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		TOTAL
		PRÓPRIA	CONTROLADAS	RESERVA LEGAL	RESERVA RETENÇÃO LUCROS			DE ATIVOS PRÓPRIOS	DE ATIVOS CONTROLADAS	
LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA										
<i>Em 01 de Janeiro de 2012</i>	48.964	6.057	4.716	3.781	26.301	(538)	-	31.289	119.044	239.614
<i>Realização de Reservas</i>	-	(312)	(7)	-	-	-	319	-	-	-
<i>Lucro Líquido do Exercício</i>	-	-	-	-	-	-	13.225	-	-	13.225
<i>Constituição de Reservas</i>	-	-	-	662	-	-	(662)	-	-	-
<i>Dividendos Propostos</i>	-	-	-	-	-	-	(5.000)	-	-	(5.000)
<i>Provisão p/Partic nos Resultado dos Admin.</i>	-	-	-	-	-	-	(1.322)	-	-	(1.322)
<i>Transf. Reserva Retenção de Lucros</i>	-	-	-	-	6.560	-	(6.560)	-	-	-
<i>Ajustes de Avaliação Patrimonial</i>	-	-	-	-	-	-	-	143	-	143
<i>Imp. Renda e Contr.Social Diferidos</i>	-	106	2	-	-	-	-	(28)	-	80
<i>Em 31 de Dezembro de 2012</i>	48.964	5.851	4.711	4.443	32.861	(538)	-	31.404	119.044	246.740
<i>Realização de Reservas</i>	-	(312)	-	-	-	-	312	-	-	-
<i>Lucro Líquido do Exercício</i>	-	-	-	-	-	-	7.278	-	-	7.278
<i>Constituição de Reservas</i>	-	-	-	363	-	-	(363)	-	-	-
<i>Dividendos Propostos</i>	-	-	-	-	-	-	(5.000)	-	-	(5.000)
<i>Provisão p/Partic nos Resultado dos Admin.</i>	-	-	-	-	-	-	(728)	-	-	(728)
<i>Transf. Reserva Retenção de Lucros</i>	-	-	-	-	1.499	-	(1.499)	-	-	-
<i>Ajustes de Avaliação Patrimonial</i>	-	-	-	-	-	-	-	12	17.975	17.987
<i>Imp. Renda e Contr.Social Diferidos</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Em 31 de Dezembro de 2013</i>	48.964	5.539	4.711	4.806	34.360	(538)	-	31.416	137.019	266.277

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
(em mil reais)

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	<u>Notas</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício:		7.278	13.225	7.285	13.224
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa líquido oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciações / Amortização	12	1.465	1.440	3.007	3.308
Resultado das baixas do imobilizado	12	29	1.826	181	3.492
Resultado de Equivalência Patrimonial	11	(3.156)	(4.380)	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial		12	143	12	143
Variações nos ativos e passivos operacionais					
(Aumento) redução de contas a receber de clientes		(638)	(81)	(797)	327
(Aumento) redução dos estoques		(1.004)	1.443	(2.977)	11.395
(Aumento) redução de adiantamentos a terceiros		(2.931)	26	(3.946)	(152)
(Aumento) redução dos impostos a recuperar		-	-	43	75
(Aumento) redução de outras contas a receber		5.335	(11.535)	5.117	(8.781)
(Aumento) redução de cauções e depósitos		(1.836)	(99)	(1.849)	(134)
(Aumento) redução de títulos e valores mobiliários		-	-	-	100
(Aumento) redução de despesas antecipadas		2	1	(97)	13
Aumento (redução) de fornecedores		159	366	1.296	(2.028)
Aumento (redução) de salários, encargos e contribuições		46	67	67	109
Aumento (redução) de impostos e taxas a recolher		(1.299)	981	(1.421)	(1.849)
Aumento (redução) de outros débitos		1.440	1.930	(8.215)	10.459
Aumento (redução) provisão p/ encargos trabalhistas		31	76	(54)	91
Aumento (redução) débitos fiscais – parcelamento		(236)	(182)	(236)	(182)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		4.697	5.247	(2.584)	29.610
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aquisição de imobilizado	12	(7.551)	(66)	(11.423)	(992)
Aquisição de intangível	12	-	(19)	-	(29)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(7.551)	(85)	(11.423)	(1.021)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Empréstimos e Financiamentos		366	(6.107)	579	(6.138)
Participação / Dividendos propostos		(6.323)	(4.851)	(6.323)	(4.851)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE OU GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(5.957)	(10.958)	(5.744)	(10.989)
AUMENTO (REDUÇÃO) DAS DISPONIBILIDADES		(8.811)	(5.796)	(19.751)	17.600
Saldo das disponibilidades					
No início do exercício		26.372	32.168	56.133	38.533
No fim do exercício		17.561	26.372	36.382	56.133
AUMENTO (REDUÇÃO) DAS DISPONIBILIDADES		(8.811)	(5.796)	(19.751)	17.600

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
<i>(em mil reais)</i>				
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
RECEITAS	42.846	45.897	88.733	105.586
<i>Receitas de vendas e serviços prestados</i>	20.353	19.420	64.461	77.630
<i>Outras receitas operacionais</i>	22.363	26.477	24.142	27.956
<i>Reversão de provisões</i>	130	-	130	-
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	21.533	22.100	54.157	64.307
<i>Custos de produtos e serviços vendidos</i>	8.692	9.050	32.899	44.488
<i>Energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais</i>	12.841	11.224	21.258	17.993
<i>Outras Despesas</i>	-	1.826	-	1.826
VALOR ADICIONADO BRUTO	21.313	23.797	34.576	41.279
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	1.465	1.440	3.006	3.308
VLR ADICIONADO LÍQ PRODUZIDO PELA ENTIDADE	19.848	22.357	31.570	37.971
VLR ADICIONADO REC. EM TRANSFERÊNCIA	6.458	9.520	12.328	14.525
<i>Receitas Financeiras</i>	36	2.922	1.659	3.923
<i>Aluguéis</i>	3.266	2.218	7.513	6.222
<i>Equivalência Patrimonial</i>	3.156	4.380	3.156	4.380
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	26.306	31.877	43.898	52.496
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	26.306	31.877	43.898	52.496
Pessoal	9.647	8.306	14.502	12.815
<i>Remuneração direta</i>	6.734	5.755	10.559	9.303
<i>Benefícios</i>	2.458	2.078	3.077	2.715
<i>FGTS</i>	455	473	866	797
Impostos, Taxas e Contribuições	8.310	9.561	17.425	20.577
<i>Federais</i>	5.823	7.017	11.431	14.569
<i>Estaduais</i>	1.763	1.710	5.138	5.054
<i>Municipais</i>	724	834	856	954
Remuneração de capitais de terceiros	1.122	1.127	1.584	1.841
<i>Juros</i>	102	51	274	211
<i>Aluguéis</i>	732	688	796	718
<i>Despesas financeiras</i>	288	388	514	912
Remuneração de capitais próprios	7.227	12.883	10.387	17.263
<i>Dividendos</i>	5.000	5.000	5.000	5.000
<i>Participação dos Administradores</i>	728	1.322	728	1.322
<i>Lucros retidos</i>	1.499	6.561	4.659	10.941

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Em reais mil)**

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia tem como objetivo preponderante a siderurgia, além da indústria e comércio de molas para veículos e outros produtos derivados do aço, a implantação, desenvolvimento e exploração florestal e a importação de produtos siderúrgicos e matérias-primas.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAL E CONSOLIDADA

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, alterada pelas Leis n.ºs. 11.638/07 e n.º 11.941/09, as normas brasileiras de contabilidade e as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, exigidos para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010, e em observância as normas e instruções regulamentares, emanadas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com os princípios de consolidação previstos na Legislação Societária Brasileira, Normas da CVM e IFRS (IASB), abrangendo as demonstrações financeiras da Companhia e suas coligadas: S/A Agro Industrial Eldorado (99,98338%), Eldorado Comércio de Ferro e Aço Ltda. (99,7816%) e RMCA Incorporação e Planejamento Ltda. (98,0000%).

Conforme exposto nesta nota, as demonstrações financeiras individuais da Aliperti (controladora) não convergem em sua totalidade com as IFRS, tendo em vista o resultado da participação nas empresas controladas, reconhecido pelo método da equivalência patrimonial, sendo que nas práticas internacionais, é pelo custo do investimento realizado.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros que estão registrados pelo seu valor justo, conforme descritos nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas demonstrações contábeis. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações



financeiras, bem como na experiência da administração. As estimativas são revisadas quando novas informações se tornam disponíveis ou as situações em que estavam baseadas se alterem. As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real.

As informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo período contábil e julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas.

NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas a seguir:

a) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia não designou nenhum ativo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia.

Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

São classificados como ativos financeiros:



Caixa e equivalentes de caixa: abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Passivos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A baixa de um passivo financeiro ocorre quando suas obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Empréstimos e recebíveis:

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo.

Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem as contas a receber dos clientes e os créditos com fornecedores e instituições financeiras.

(ii) Instrumentos financeiros derivativos

A Empresa não possui nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos incluindo operações de hedge.

b) Ativos biológicos

Os ativos biológicos da Controlada S.A. Agro Industrial Eldorado correspondem basicamente ao cultivo e plantio de soja, milho e cana-de-açúcar, cujos produtos agrícolas são vendidos a terceiros. Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento em que atingem o ponto de colheita. Enquanto há apenas uma pequena transformação biológica e não se espera que o impacto da transformação do ativo biológico sobre o preço seja material o custo incorrido é considerado como sendo o valor justo do ativo biológico.

O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos são reconhecidos no resultado do período em que ocorrem, denominada “variação do valor justo dos ativos biológicos”.

Os ativos biológicos: soja e milho são mantidos pelos gastos incorridos com a formação das safras até a pré-colheita, quando são avaliados pelo valor justo deduzidos dos custos estimados



de venda. A Companhia entende que nesse momento existe uma transformação biológica significativa e o impacto da transformação do ativo biológico sobre o preço é material.

c) Investimentos

São reconhecidos pelo método da equivalência patrimonial, sobre o valor do patrimônio líquido contábil das sociedades controladas, conforme participação acionária da Aliperti S/A

d) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração:

Registrado ao custo de aquisição ou construção, as terras e propriedades são avaliadas ao seu valor venal, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, que são calculadas pelo método linear e levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outros resultados.

Custos subsequentes:

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado.

Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação:

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos e propriedades não são depreciados.

A vida útil econômica e o valor residual dos bens somente é revisada se ocorrer evidências externas ou internas que possam comprometer a vida útil e econômica do bem, o que poderá exigir, dependendo das circunstâncias, um teste de recuperabilidade.

e) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem marcas, direitos e patentes e software. Os seguintes critérios são aplicados:

Ativos intangíveis são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

Encontram-se ainda registrados neste grupo de contas, saldos reclassificados do ativo imobilizado que se referem a direitos de uso de software remanescentes de aquisições anteriores ao exercício de 2008.



f) Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação anual para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Ativos financeiros - Recebíveis: *A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo.*

Todos os recebíveis e individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada.

Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor de realização dos ativos. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis.

Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ativos não financeiros - Imobilizado: *Os bens do ativo imobilizado têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, com o objetivo de identificar perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo.*

g) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se existe uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, as quais são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.



A Companhia e suas controladas, em conjunto são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base nas informações de seus Assessores Jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e com base em experiências anteriores, referentes jurisprudências nos respectivos tribunais, frente às qualidades reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas estimadas com as ações em curso, a seguir:

- ***Processos de natureza tributária:***

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia e controladas em conjunto (controladora) figuravam como parte em 67 (sessenta e sete) processos judiciais e administrativos que versam sobre a matéria fiscal, avaliados pelos Assessores Jurídicos, referentes aos autos de infração do ICMS, PIS, COFINS, IPI, IRPJ e ITBI. como sendo de risco possível no montante de R\$ 47.579 mil (47.579 mil em 2012). Em observância ao disposto no CPC 25, o referido montante não foi provisionado, por não ser considerado como risco de perda provável.

- ***Processos de natureza trabalhista***

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e controladas em conjunto (controladora) figuravam como parte em 42 (quarenta e dois) processos trabalhistas. Os principais temas abordados nesses processos versam sobre horas extras, adicionais de periculosidade a insalubridade, equiparação salarial, verbas rescisórias, multa do FGTS referente aos planos Verão e Collor, dentre outros, não existindo processos de valores individualmente relevantes. O montante total discutido entre ações de risco provável e possível é de R\$ 2.745 mil (2.889 mil em 2012), para o qual foi mantida a provisão já existente (R\$ 1.670 mil), para fazer frente aos processos de perda provável, levando-se em consideração a base de informações dos Assessores Jurídicos, representando a melhor estimativa para as perdas de risco provável.

- ***Processos de natureza cíveis***

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e controladas em conjunto (controladora) figuravam como partes em 19 (dezenove) processos judiciais que versam sobre matéria cível, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco provável e possível, no montante de R\$ 1.075 mil (R\$ 1.623 mil em 2012), para o qual a Companhia manteve a provisão já existente de R\$ 550 mil, para fazer frente aos processos com risco de perda provável.

Existem outros processos avaliados pelos Assessores Jurídicos como sendo de risco remoto e mensuração sem suficiente segurança, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização ou divulgação.

- ***Ativos contingentes***

Referente ao direito estimado de R\$ 6.000 mil a receber do Banco ABN AmroBank, proveniente de sentença judicial em favor da Companhia, transitado em julgado no exercício de 2009 e reconhecido no referido exercício.



h) Demais ativos circulante e não circulante

Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação.

As aplicações financeiras estão avaliadas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado. Quando aplicável, a provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas.

Adiantamentos

Valores adiantados a fornecedores e prestadores de serviços por conta de entrega futura de produtos ou serviços à Companhia e adiantamentos a funcionários.

Estoques

São avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, inferiores ao custo de reposição e realização. O custo do estoque está baseado no princípio do custo médio e incluem gastos incorridos na aquisição, transportes e armazenagens dos estoques. No caso dos estoques de produtos acabados e estoques de produtos em elaboração, o custo inclui parte das despesas gerais de fabricação, baseadas na capacidade normal de operação.

Transações financeiras com controladas

As transações financeiras entre a Companhia e suas controladas são classificadas no ativo e passivo circulantes e não circulantes e são demonstradas pelos valores conhecidos.

i) Demais passivo circulante e não circulante

Fornecedores

Os fornecedores são registrados e mantidos no balanço pelo valor presente.

Salários, ordenados e obrigações sociais

Corresponde aos valores devidos aos funcionários e os respectivos encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamentos.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda à alíquota de 15% e adicional de 10% e a contribuição social à alíquota de 9% são calculados sobre o resultado apurado em operações da Companhia, de acordo com o regime do lucro real. Os impostos diferidos são decorrentes de ajustes de avaliação patrimonial.



j) Patrimônio líquido

Capital Social

O capital social está dividido em 62.500 ações ordinárias nominativas e 123.455 ações preferenciais nominativas, sem valor nominal.

Direito das Ações

Em conformidade com o estatuto, legislação societária e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, as ações preferenciais não têm direito a voto, sendo-lhes assegurados dividendos de 10% (dez por cento) superiores aos das ações ordinárias e prioridade no reembolso do capital, em caso de dissolução da Companhia.

Uma vez absorvidos os prejuízos acumulados, eventualmente existentes, será atribuído aos acionistas em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, calculado nos termos da legislação societária.

Ações em Tesouraria

A Companhia possui em tesouraria, na data do balanço, 3.800 (três mil e oitocentas) ações preferenciais, resultantes de aquisição em leilão público, realizado em 07/02/2002, com preço médio de R\$ 141,76 (cento e quarenta e um reais e setenta e seis centavos) por ação.

Reservas de Reavaliação

As reservas de reavaliações dos terrenos e propriedades rurais próprias, no montante de R\$ 5.539 mil, mais a reavaliação de terrenos e propriedades rurais das Controladas, no montante de R\$ 4.711 mil, foram realizadas em datas anteriores a promulgação da Lei nº. 11.638/2007.

Os saldos do imobilizado, registrados nas rubricas Terrenos e Propriedades rurais são os mesmos representados nas contas de Reserva de Reavaliação, no Patrimônio Líquido. O imposto de renda diferido foi contabilizado no Passivo não Circulante.

A diferença entre os saldos conciliados da Reserva de Reavaliação (Patrimônio Líquido) e os saldos do Imobilizado (Nota 12), referem-se a diversos itens como, por exemplo, subestação de energia elétrica, galpões de laminação, silos de carvão e tanques de carepa.

k) Receitas de vendas, serviços e arrendamentos

Receita de vendas de mercadorias, serviços e arrendamentos: *As receitas operacionais de venda de mercadorias, dos serviços prestados e dos arrendamentos no curso normal das atividades são medidas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.*

As receitas operacionais são reconhecidas quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade das mercadorias e dos serviços foram transferidos para o cliente, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com as mercadorias e os serviços vendidos e de que o valor das receitas operacionais possa ser mensurado de maneira confiável.

Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as mercadorias e os serviços são reconhecidos.



O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais das vendas e dos contratos de prestação de serviços.

Receita e despesa financeira: *As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.*

As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e com juros e atualização monetária de empréstimos, financiamentos e outras obrigações.

l) Benefícios concedidos a empregados

Fazem parte da política de benefícios concedidos aos empregados: assistência médica, vale alimentação, transporte e auxílio educação.

A Companhia não possui benefícios de longo prazo ou benefícios pós-emprego com seus empregados.

m) Apuração do resultado

Os resultados são apurados pelo regime de competência de exercício por atividade, segregando as operações, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A receita líquida e os custos das mercadorias vendidas e dos serviços prestados são apurados pelo efetivo valor das transações realizadas com clientes. As receitas das vendas e os custos de mercadorias são reconhecidos no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes às mercadorias são transferidos ao comprador. As receitas das prestações de serviços são reconhecidas no resultado em função de sua realização.

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2013	2012
Caixa	227	7
Bancos conta movimento	72	192
Títulos mantidos para negociação	17.263	26.174
Total	17.562	26.373

Títulos mantidos para negociação são aplicações financeiras que se referem substancialmente a Certificados de Depósito Bancários (CDBs), Renda Fixa e Fundos de Investimentos, remunerados em torno de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), aplicados em bancos de primeira linha.



NOTA 5 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

INSTITUIÇÃO	TIPO APLICAÇÃO	PRAZO RESGATE	TAXA	QUANT. QUOTAS	Controlada		Consolidado	
					2013 (R\$ mil)	2012 (R\$ mil)	2013 (R\$ mil)	2012 (R\$ mil)
J.P. Morgan	Italy FAQ	Indeterminado	Pós determinada	20.148,05346	15.146	19.912	15.146	19.912

INSTITUIÇÃO	TIPO APLICAÇÃO	PRAZO RESGATE	TAXA	VALOR APLICADO	2013 VALOR ATUALIZADO (R\$ mil)	2012 VALOR ATUALIZADO (R\$ mil)	2013 (R\$ mil)	2012 (R\$ mil)
Diversos	Mercado Ações	Indeterminado	Variável	882	979	967	979	967
Banco Rural S/A	CDB	2013 à 2016	Até 115% CDI a.m.	-	-	3.100	-	3.501
Bco Bradesco S/A	CDB	2013	Min. 98,5% a.m	-	-	2.195	386	3.651
Bco Bradesco S/A	Invest	-	-	-	-	-	47	335
Bco Bradesco S/A	FIC	-	-	1.134	1.138	-	14.650	16.456
Banco Itaú S/A	CDB	-	-	-	-	-	47	66
Banco Itaú S/A	Renda Fixa	-	-	-	-	-	1.293	-
Banco Itaú S/A	Debêntures	-	-	-	-	-	542	-
BTG Pactual	Fundos de Investimento	-	-	-	-	-	2.733	10.977
Totais		-	-	-	17.263	26.174	35.823	55.865

De acordo com o disposto no art. 2º, parágrafo 1º, inciso “A” da Instrução CVM nº. 235, os valores indicados representam disponibilidades da Companhia, atualizados a valores de mercado até 31.12.2013.

NOTA 6 - ESTOQUES

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Produtos Acabados	2.155	1.291	9.042	8.761
Matérias-Primas	798	644	798	644
Materiais Intermediários	230	244	230	244
Rebanho de Animais	-	-	839	2.062
Materiais de Consumo	-	-	2.823	2.422
Grãos (Produção Própria)	-	-	4.082	810
Grãos (Andamento/Elaboração)	-	-	14.853	15.810
Ativos Biológicos	-	-	1.909	-
Outros	66	66	66	66
Totais	3.249	2.245	34.642	30.819



a) Produtos industriais

Os estoques de produtos acabados, matérias-primas e outros materiais da Companhia e suas controladas não excedem seu valor recuperável, não havendo necessidade de provisão para desvalorização a mercado ou, ainda, para obsolescência.

b) Rebanhos, produtos agrícolas e ativos biológicos

Os estoques de rebanhos, produtos agrícolas e ativos biológicos da controlada S.A. Agro Industrial Eldorado, encontram-se avaliados conforme descrito a seguir:

A avaliação dos rebanhos de animais por seu valor justo considera o preço praticado nos mercados onde encontra-se o rebanho.

A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, tais como: preços, custos necessários para colocação em condição de venda, taxa de desconto, plano de colheita da cultura e volume de produtividade, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações. Para reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos são utilizadas as seguintes premissas:

i. Valorização:

Plantações de soja e milho: são mantidas ao custo histórico até a data da pré-colheita, quando são valorizadas por seu valor justo, o qual reflete o preço de venda do ativo menos os custos necessários para colocação do produto em condições de venda.

ii. Metodologia utilizada:

Plantações de soja, milho: valorização de cada área de cultivo, nas datas da pré-colheita, com base na área a ser colhida e na produtividade esperada;

iii. Os preços dos ativos biológicos são obtidos através de pesquisas de preço de mercado divulgados por empresas especializadas, além dos preços praticados pela Empresa em vendas para terceiros;

iv. Os gastos com plantio referem-se aos custos de formação dos ativos biológicos.

A aplicação da metodologia utilizada resultou:

	Milho	Soja	
	Minas Gerais	Minas Gerais	Total
Área (em hectares)	2.131,79	2.169,000	4.300,79
Produção esperada	164,27	52,38	216,65
Total de sacas	350.195	113.620	463.815
Preço de venda por saca (R\$)	25,60	61,91	-
Receita total	8.967	7.033	16.000
Custos futuros a incorrer	(1.346)	(1.165)	(2.511)
Armazenagem	(376)	(125)	(501)
Resultado esperado	7.245	5.743	12.988
Custo de formação da cultura	(6.558)	(3.774)	(10.332)
Impostos incidentes	(299)	(448)	(747)
Avaliação do ativo biológico	388	1.521	1.909



NOTA 7 - ADIANTAMENTO PARA INVESTIMENTO EM CONTROLADAS

Visa o reforço de capital circulante e o atendimento a novos investimentos da Companhia em sua controlada RMCA Incorporação e Planejamento Ltda (R\$ 9.575 mil).

Será proposto em Assembléia Geral, a aprovação da capitalização deste saldo ou a manutenção das atuais diretrizes.

NOTA 8 - INVESTIMENTOS – ORÇAMENTO DE CAPITAL/CONTAS CORRENTES

<u>Descrição</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Adto p/ investimento aprovado na S/A Agro Industrial Eldorado	27.356	27.356
Contas correntes – controlada Eldorado Comércio de Ferro e Aço Ltda	4.701	1.070
Totais	27.356	28.426

Há perspectivas de nos próximos exercícios o montante de R\$ 27.356 mil ser integralizado ao capital social da controlada, caso contrário, será ressarcido.

NOTA 9 - CAUÇÕES E DEPÓSITOS

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Bloqueio Judicial – a)	1.137	1.124	1.974	1.961
Depósito Judicial Trabalhista	213	232	425	432
Depósito Judicial – Outros – b)	2.584	2.547	2.889	2.852
Totais	3.934	3.903	5.288	5.245

a) Em 12 de julho de 2011, a empresa sofreu um bloqueio judicial de R\$ 493 mil diretamente em conta, decorrente do Processo de Execução n°. 2009.61.82.043711-0 movido pela Fazenda Nacional, em montante atualizado (até 2010) de R\$ 9.441 mil, sendo que no dia 08 de agosto de 2011, o Departamento jurídico da Companhia ingressou com defesa, tendo em vista a prescrição da referida ação e aguarda a decisão do Tribunal pertinente para reversão (ressarcimento) do montante, sendo a probabilidade de perda remota, no processo em questão.

b) Referente a depósitos para ações cíveis efetuados em exercícios anteriores, onde a companhia aguarda decisão da justiça para os processos discutidos judicialmente, sendo que o saldo não sofreu variação no exercício.

NOTA 10 - OUTROS CRÉDITOS – ATIVO NÃO CIRCULANTE

Encontram-se registrado nesta rubrica em 31 de dezembro de 2013, os valores provenientes:

- Do crédito fiscal oriundo da decisão favorável na Justiça Federal, no valor estimado de R\$ 9.175 mil – 6ª Vara Federal – SP – Processo 00741077-8;
- Do Crédito estimado de R\$ 6.000 mil a receber do banco ABN, conforme nota 3”i”.



- De Títulos de Apólices da Dívida Pública Federal, no montante de R\$ 975 mil.
- Termo de Penhora 0021925-37.1998.403.6100 Banco Rural S/A valor de R\$ 1.807 mil.

NOTA 11 - INVESTIMENTOS

	<i>Controladora</i>		<i>Consolidado</i>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<i>Em Controladas</i>	173.710	152.580	-	-
<i>Outros Investimentos</i>	2.304	2.304	2.385	2.385
Total	176.014	154.884	2.385	2.385

a) MOVIMENTAÇÃO DE INVESTIMENTOS EM EMPRESAS CONTROLADAS

	<i>S/A Agro Ind. Eldorado</i>		<i>Eldorado Com. Ferro e Aço Ltda.</i>		<i>RMCA Inc. Planej. Ltda.</i>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<i>No início do Período</i>	144.066	138.890	5.672	6.458	2.842	2.849
<i>Equivalência Patrimonial</i>	4.290	5.174	(1.401)	(787)	266	(7)
<i>Imp.Renda e Contr.Social Diferidos</i>	-	2	-	1	-	-
<i>Ajustes de Avaliação Patrimonial</i>	17.975	-	-	-	-	-
No final do Período	166.331	144.066	4.271	5.672	3.108	2.842

b) INFORMAÇÕES SOBRE AS CONTROLADAS

	<i>S/A Agro Ind. Eldorado</i>	<i>Eldorado Com. de Ferro e Aço Ltda.</i>	<i>RMCA Incorp. Planej. Ltda.</i>
<i>Número Ações/Cotas (000)</i>	6.449.132	6.000.000	36.800
<i>Participação na Controlada</i>	99,98338%	99,7816%	98,00%
<i>Patrimônio Líquido Controlada</i>	166.358	4.280	3.172
<i>Reserva de Reavaliação</i>	4.441	271	-
<i>Resultado no Período</i>	4.291	(1.403)	272

c) OUTROS INVESTIMENTOS

	<i>Controladora</i>		<i>Consolidado</i>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<i>Participação em Incentivos Fiscais</i>	12	12	50	50
<i>Ações – Cosipa</i>	2.292	2.292	2.292	2.292
<i>Outras Participações</i>	-	-	43	43
Total	2.304	2.304	2.385	2.385



NOTA 12 – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Imobilizado	Controlada				Consolidado
	2012	Adições	Baixas	2013	2013
<i>Edifícios e Construções</i>	22.945	-	-	22.945	24.008
<i>Terrenos</i>	17.652	-	-	17.652	122.847
<i>Propriedades Rurais</i>	35.896	-	-	35.896	133.239
<i>Máquinas e Equipamentos</i>	1.854	7	-	1.861	4.319
<i>Instalações Industriais</i>	57	-	-	57	9.933
<i>Móveis e Equip. de Escritório</i>	1.422	65	-	1.487	2.288
<i>Veículos</i>	777	501	(148)	1.130	3.165
<i>Reflorestamento</i>	36	-	-	36	1.836
<i>Construções em Andamento</i>	17	6.978	-	6.995	9.939
<i>Tratores</i>	-	-	-	-	523
<i>Implementos Agrícolas</i>	-	-	-	-	1.996
<i>Animais de Trabalho</i>	-	-	-	-	12
<i>Pastagens</i>	-	-	-	-	6.550
<i>Culturas Permanentes - Outras</i>	-	-	-	-	430
<i>Culturas Permanentes – Cana de Açúcar</i>	-	-	-	-	17.005
<i>Equipamentos de Informática</i>	-	-	-	-	134
<i>Benfeitorias em Terras de Terceiros</i>	-	-	-	-	69
<i>Outros</i>	-	-	-	-	98
Total do Imobilizado	80.656	7.551	(148)	88.059	338.391

Depreciações	Controlada				Consolidado
	2012	Adições	Baixas	2013	2013
<i>Edifícios e Construções</i>	(10.420)	(723)	-	(11.143)	(12.206)
<i>Propriedades Rurais</i>	-	-	-	-	(1.830)
<i>Máquinas e Equipamentos</i>	(782)	(182)	-	(964)	(2.837)
<i>Instalações Industriais</i>	(32)	(5)	-	(37)	(5.422)
<i>Móveis e Equip. de Escritório</i>	(1.258)	(58)	-	(1.316)	(1.966)
<i>Veículos</i>	(461)	(182)	120	(523)	(1.402)
<i>Reflorestamento</i>	-	-	-	-	(550)
<i>Tratores</i>	-	-	-	-	(503)
<i>Implementos Agrícolas</i>	-	-	-	-	(1.484)
<i>Animais de Trabalho</i>	-	-	-	-	(11)
<i>Pastagens</i>	-	-	-	-	(2.207)
<i>Culturas Permanentes – Outras</i>	-	-	-	-	(332)
<i>Equipamentos de Informática</i>	-	-	-	-	(100)
<i>Benfeitorias em Terras de Terceiros</i>	-	-	-	-	(52)
<i>Outros</i>	-	-	-	-	(53)
Total das depreciações	(12.953)	(1.150)	120	(13.983)	(30.955)



<i>Intangível</i>	<i>Controlada</i>				<i>Consolidado</i>
	<i>2012</i>	<i>Adições</i>	<i>Baixas</i>	<i>2013</i>	<i>2013</i>
<i>Pré-Operacional - Sorocaba</i>	3.059	-	-	3.059	3.059
<i>Projetos</i>	157	-	-	157	157
<i>Software</i>	249	-	-	249	268
<i>Marcas, Direitos e Patentes</i>	-	-	-	-	46
<i>(-) Amortização Pré-operacional</i>	(2.065)	-	(306)	(2.371)	(2.371)
<i>(-) Amortização Software</i>	(231)	-	(9)	(240)	(249)
<i>Total do intangível</i>	<i>1.169</i>		<i>(315)</i>	<i>854</i>	<i>910</i>

Ativo Biológico - Cana-de-Açúcar

A controlada S.A. Agro Industrial Eldorado adotou o Pronunciamento Técnico CPC 29 – Ativos biológicos, atendendo assim, os dispostos estabelecidos no Pronunciamento Técnico, onde seus ativos biológicos de cana-de-açúcar passaram a ser mensurados ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência.

A realização futura do ativo biológico tem o seguinte cronograma:

<i>Safra 2013/2014</i>	3.808
<i>Safra 2014/2015</i>	3.593
<i>Safra 2015/2016</i>	3.389
<i>Safra 2016/2017</i>	3.198
<i>Safra 2017/2018</i>	3.017
<i>Total das lavouras</i>	<i>17.005</i>

Para o atendimento do CPC 29 – ativo biológico, a empresa utilizou o cálculo do valor justo. As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que essas lavouras se encontram. As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo:

	<i>2013</i>
<i>Produção Estimada (em toneladas)</i>	99.514,06
<i>Qtde. Açúcar Recuperável – ATR</i>	123,0143
<i>Valor kg de Açúcar</i>	0,4439
<i>Receita Total</i>	5.434
<i>(-) Impostos Incidentes</i>	(346)
<i>(-) Custos Incidentes</i>	(1.280)
<i>Valorização do canavial</i>	17.005

Riscos inerentes ao ativo biológico: As atividades rurais estão sujeitas a riscos inerentes à própria atividade

Riscos climáticos e outros: As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas aos riscos de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios florestais e outras forças da natureza. A empresa tem processos extensivos para



acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares de situação da lavoura de cana-de-açúcar.

Riscos regulatórios e ambientais: Para mitigar esses riscos a empresa estabelece políticas ambientais e procedimentos que visam o cumprimento das leis ambientais. A empresa, em conjunto com parceira, realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas são suficientes para gerir esses riscos.

NOTA 13 - FINANCIAMENTOS

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo deste grupo estava composto dos seguintes valores:

a) FINANCIAMENTO PARA AQUISIÇÃO DE AÇÕES COSIPA:

A Instituição Financeira tem como garantia as próprias ações COSIPA, alienadas à Aliperti S/A e penhor mercantil;

A Companhia possui ação judicial junto a Cosipa, sobre questionamento de valores liquidados. Baseado nas informações e orientações de nossos assessores jurídicos em exercícios anteriores, a empresa mantém o saldo histórico da obrigação no Balanço não sendo necessário qualquer atualização monetária.

O Instrumento Particular de Contrato de Repasse de Direitos e Obrigações Decorrentes de Compra e Venda de Ativos com Financiamentos, Constituição de Garantia e Outras Avenças, foi extinto por prescrição.

b) FINANCIAMENTO BNDES: (R\$ 40.198 mil)

O saldo encontra-se em “sub judice“. A Companhia, através de Laudo Pericial, está atualizando seu montante pela TR – Taxa referencial, por entender ser mais conservador, não colocando em risco os futuros interesses de seus acionistas. A partir do exercício de 2009 os saldos foram reclassificados para o Passivo Circulante, em observância ao disposto na Instrução CVM nº 207/94, tendo em vista a possibilidade de renegociação de repactuações dos vencimentos.

A Instituição Financeira tem como garantia propriedades rurais da companhia (Fazendas Beija-Flor, Beija-Flor II, Beija-Flor III, Olhos D`Água, Olhos D`Água II, Rocinha Dessio Domingues, Tamanduá e Rocinha III) de propriedade da Aliperti, conforme contratos lavrados em cartório.

Conforme opinião de nossos Assessores Jurídicos, o montante contabilizado é suficiente para fazer frente à provável liquidação da dívida junto ao BNDES. As chances da Companhia em liquidar a dívida em montantes superiores ao registrado são remotas, inclusive a Siderúrgica já obteve decisão transitado em julgado a seu favor, sobre a redução da dívida, comprovada em Laudo elaborado por pericia contratada em exercícios anteriores, sobre a contestação de valores.

c) CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE MÚTUO JUNTO AO BANCO SUDAMERIS S/A, no montante (R\$ 215 mil).



A companhia aguarda decisão da justiça, e conforme opinião de seus assessores jurídicos, as chances de perda são possíveis, no entanto, em atendimento ao Princípio Contábil da Prudência, a empresa provisionou o valor em exercícios anteriores. Mediante orientação de nossa assessoria jurídica, o montante em questão também não vem sendo atualizado, havendo perspectiva do valor ser abatido do montante a receber do banco, decorrente da ação movida pela nossa Companhia, a qual já obteve ganho de causa em última instância (sentença transitado em julgado), com o reconhecimento do montante de R\$ 6.000 mil.

d) Saldos devedores Banco Contas Garantida: proveniente de utilização de limites/linhas de crédito automáticas (pré-aprovadas), junto ao Banco Rural – R\$ 413 mil.

NOTA 14 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO

O imposto de renda e a contribuição social sobre lucro líquido foram calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com seus valores correspondentes nas demonstrações de resultados.

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
<i>Lucro do Exercício</i>	7.839	15.294	9.664	17.962
<i>Adições</i>	1.050	1.602	445	955
<i>Exclusões</i>	7.346	8.521	5.966	3.437
<i>CSLL</i>	153	552	715	1.276
<i>IRPJ</i>	408	1.517	1.664	3.462

NOTA 15 – RECEITA BRUTA DE VENDAS

A reconciliação entre a receita bruta de vendas e a receita líquida está assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
<i>Receita Bruta de Vendas e Serviços</i>	38.346	36.207	82.832	94.375
<i>Impostos sobre Vendas</i>	(7.558)	(7.173)	(13.853)	(14.607)
<i>Receita Operacional Líquida</i>	30.788	29.034	68.979	79.768

NOTA 16 – PARTES RELACIONADAS

Em atendimento ao disposto no CPC 05, informamos que a Companhia não possui transações comerciais com suas empresas controladas.

NOTA 17 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia e suas controladas possuíam aplicações financeiras em fundos de investimentos financeiros e certificados de depósitos bancários, todas com liquidez imediata, cujos montantes atualizados refletem o valor de realização dos mesmos



naquelas datas. As modalidades de aplicações contratadas são consideradas conservadoras e de baixo risco, uma vez que a Companhia opera somente com Instituições consideradas de primeira linha.

A Companhia mantém operação com instrumentos financeiros para atender às necessidades operacionais de seus negócios e estão expostas a riscos que são inerentes a sua atividade.

NOTA 18 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

A Companhia não possui: (i) plano de pensão; (ii) ganhos/perdas com ativos disponíveis para venda; (iii) operações de hedge e (iv) ganhos/perdas em conversões monetárias, não sendo, portanto, apresentada a Demonstração do Valor Abrangente. Os valores apresentados como outros resultados abrangentes na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, são decorrentes da movimentação dos ajustes de avaliação patrimonial e de reservas de reavaliações.

NOTA 19 – COBERTURA DE SEGUROS

			Valor Segurado – R\$ (mil)			
			Controladora		Consolidado	
Modalidade	Objeto	Prêmio	2013	2012	2013	2012
Incêndio/empresarial	Imobilizado	18	17.550	17.550	35.637	46.750
Riscos Diversos	Veículos	36	924	565	2.231	1.709
Vida em Grupo	Funcionários	12	1.320	1.320	2.758	4.534

NOTA 17 – REMUNERAÇÃO A DIRETORES E CONSELHEIROS

No exercício de 2013, a Companhia desembolsou o montante de R\$ 667 mil, assim distribuído:

Honorários	R\$ (mil)
Diretoria	426
Conselho Fiscal	24
Conselho da Administração	217

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A elaboração das demonstrações financeiras individuais aqui apresentadas, são de responsabilidade da administração da Companhia, e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

De acordo com o artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e aprovou as demonstrações financeiras ora apresentadas, bem como concorda com a opinião dos Auditores Independentes expressa no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.